

01

02

03

04

05

06 07

80

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20 21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

# ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA 976 DO CONSELHO PLENO Sessão realizada por vídeo conferência conforme Decreto 59.283/2020

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte, às catorze horas, realizou-se a Sessão Plenária nº 976, em ambiente virtual, sob a presidência da Conselheira Teresa Roserley Neubauer da Silva (Rose Neubauer). Contou com a presença dos Conselheiros Titulares Cristina Margareth de Souza Cordeiro, Emília Maria Bezerra Cipriano Castro Sanches, Fátima Cristina Abrão, Fernando Padula Novaes, Karen Martins de Andrade, Maria Cecília Carlini Macedo Vaz e Marina Graziela Feldmann, e dos Suplentes Fátima Aparecida Antonio, João Alberto Fiorini Filho, Luci Batista Costa Soares de Miranda, Lucimeire Cabral de Santana, Maria Adélia Gonçalves Ruotolo, Silvana Lucena dos Santos Drago e Vera Lucia Wey. No Expediente da Presidência, a Conselheira Rose Neubauer deu boas-vindas a todos, justificou a ausência da Conselheira Titular Sueli Aparecida de Paula Mondini, registrando a Suplente Silvana Lucena dos Santos Drago no exercício da titularidade, e ausência das Suplentes Helena Singer e Neide Cruz. A Presidente Conselheira Rose Neubauer colocou em discussão as Atas da Sessão do Pleno nº 975 e da 16ª Sessão Conjunta de Câmaras, ambas de 05.11.2020, que foram aprovadas. A seguir, agradece a presença da Profª Drª Rosangela Gravioli Prieto e transfere a coordenação da reunião para a Conselheira Cristina Cordeiro, Presidente da Comissão Temporária CME para organização e realização de Seminários 2020. A Conselheira Cristina Cordeiro agradece e passa à Ordem do Dia: Apresentações sobre Educação Especial. 1) Política de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva - Profª Drª Rosangela Gravioli Prieto - USP São Paulo. A Conselheira Cristina Cordeiro inicia registrando que acontecerá nesta e nas próximas sessões o Seminário Anual CME, realizado pela Comissão de Organização e Realização de Seminários em conjunto com a Comissão Temporária para elaboração de documento contendo normas para a Educação Especial, em que também é Presidente. O Seminário Anual CME de 2020 terá como tema a Educação Especial, buscando traçar um posicionamento a respeito, em especial, sobre a nova política de Educação Especial em curso no Brasil. Em seguida, passa a palavra para a Conselheira Silvana Drago que apoia tecnicamente a realização deste seminário. A Conselheira Silvana Drago cumprimenta a todos e reforça a importância deste momento no CME e a discussão sobre Educação Especial, analisando as políticas de Educação Inclusiva e como é possível melhorar na cidade de São Paulo este trabalho. Registra e agradece a presença da equipe da Secretaria Municipal de Educação - SME, COPED/DIEE — Divisão de Educação Especial: Cristhiane de Souza, Diretora de Divisão, Ana Claudia dos Santos Camargo, Celia Pereira Ramos Chaves, Luciana Xavier Ferreira, Maria Alice Machado da Silveira e Marineusa Medeiros da Silva. Agradece especialmente a Profª Rosangela Prieto que tem apoiado e acompanhado o município de São Paulo, com pesquisas relevantes que apoiam na elaboração de políticas em Educação Especial. A Conselheira Cristina Cordeiro apresenta brevemente o currículo da Profa Rosangela Prieto e reforça os agradecimentos pelo atendimento ao convite. Com a palavra, a Profª Rosangela Prieto saúda a todos e agradece o convite. Diz que está envolvida com o município de São Paulo há muitos anos, e que seu doutorado foi sobre o resgate histórico da Educação Especial

39

40

41

42

43

44

45 46

47

48

49

50 51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

na cidade e análise das proposições políticas sobre o tema ao longo de três gestões municipais, defendido em 2000. Continuou pesquisando as políticas do município, com compromisso de disponibilizar os relatórios finais à SME, com a intencionalidade de que as reflexões possam ter algum nível de reverberação junto aos profissionais da Educação Especial na Rede. Tratará neste seminário de dois pontos: 1) as marcas das políticas públicas de Educação Especial no município de São Paulo e, 2) destaques da atual proposta da política nacional de Educação Especial, aprovada recentemente por Decreto Federal. A Profa Rosangela Prieto considera importante iniciar destacando que as pesquisas que desenvolve tem evidenciado, no processo de implantação de uma política de Inclusão Escolar, que são muitos os desafios enfrentados pelos Sistemas e Redes de ensino, e chama de política de Inclusão Escolar intencionalmente, pois em muitas referências encontramos como sinônimo Inclusão Escolar e Educação Inclusiva. Na perspectiva com a qual trabalha, a Inclusão Escolar é uma política de inserção e implantação de condições de permanência e de aprendizado de uma população específica, hoje reconhecidos como estudantes que fazem parte de três categorias: 1) deficiência, 2) transtornos globais de desenvolvimento e 3) altas habilidades e superdotação. Portanto, a Inclusão Escolar é especificamente os movimentos necessários para que esses estudantes ingressem, permaneçam, acessem níveis mais elevados de Ensino e tenham o direito ao conhecimento produzido pela humanidade. Essas dificuldades nos remetem a pensar que Inclusão Escolar é um processo, portanto, em contínua implantação, que implica na mudança na cultura de acolhimento das diferenças, bem como a melhoria na qualidade da Educação em geral. Esse é um grande desafio para que todos estejam nas escolas regulares e em classes comuns. Portanto, a mudança de cultura e a melhoria da qualidade da Educação são indissociáveis, interdependentes e não alcançáveis em curto prazo. A Profa Rosangela Prieto faz esse destaque pois faz apenas 12 anos que a política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva foi aprovada em âmbito nacional e, somado a isso, desde 2016, sobretudo por conta da mudança no cenário político, constata-se um retrocesso no investimento do Governo Federal nessa política que tantos Sistemas e Redes vinham depositando e continuam investindo fortemente na sua construção. Passando ao histórico das políticas no Sistema Paulistano, a Profa Rosangela Prieto evidencia um primeiro marco que é o investimento na matrícula de todos na classe comum, mesmo antes da política nacional, sem o registro das denominadas "classes especiais" ou qualquer outro tipo de serviço que separe esses estudantes do conjunto dos atendidos pela SME. Houve a expansão de matrícula desse alunado, marcadamente após a aceleração da municipalização do Ensino Fundamental, com a aprovação do FUNDEF após a LDB. São Paulo é um município que vai ampliando o seu atendimento à medida que vai organizando e expandindo a sua Rede. Somado a isso, a extensão da política no município em termos de serviços teve como fator incentivador políticas do Governo Federal desenvolvidas nos anos 2000. São Paulo inicia a organização de proposta de política de Educação Especial tendo, portanto, a perspectiva do direito à Educação para todos, em contexto de classe comum, mesmo que naquele momento a discussão ainda fosse o modelo denominado integração escolar, que pressupunha o convívio com os serviços substitutivos. Desde o final da década de 1980, mas principalmente, desde os anos 2000, São Paulo adota os princípios da Educação Inclusiva, adoção das Salas de Recursos Multifuncionais

81

82

83

84

85

86 87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

e um desenho intersecretarial, configurando assim o início de uma política pública. Porém, a Educação Especial no município de São Paulo possui uma história ainda mais antiga, com o atendimento de estudantes Surdos, na década de 1950, denominados na época como estudantes com deficiência auditiva, com a inauguração de uma Escola Municipal Especial, hoje a EMEBS – Escola Municipal de Educação Bilíngue para Surdos. Outras cinco EMEBS são abertas entre 1988 e 1999, e uma delas atende o Ensino Médio. Há também outras experiências, para esse mesmo público, na implantação das duas Unidades Polos de Educação Bilíngue, desde 2012. Quanto à organização da Educação Especial, a Profª Rosangela Prieto fala sobre o que se considerou como educação complementar ao que é desenvolvido na classe comum. Desde 2004, foram sendo implantados e consolidados os Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão em cada uma das Diretorias Regionais de Educação - DRE, braço regional de implantação da política. Nesses centros, a equipe de professores com formação em Educação Especial, chamados Professores de Apoio e Acompanhamento à Inclusão - PAAI, fazem itinerância e apoiam as Unidades Escolares, considerando necessidades e expectativas das equipes gestora, dos professores de salas de recursos e dos estagiários. Em toda essa organização, as Salas de Recursos Multifuncionais possuem como regente um professor de atendimento especializado, sendo aproximadamente 500 salas em todo o município. Outros profissionais de apoio no planejamento pedagógico foram pensados ao longo desses anos: o Auxiliar de Vida Escolar - AVE e os estagiários estudantes de pedagogia. Há também os convênios da SME com 23 instituições de Educação Especial com atividades complementares para os estudantes regularmente matriculados. A Profa Rosangela Prieto passa para o segundo ponto: Política Nacional de Educação Especial, aprovada por Decreto Federal em 2020, e parabeniza o Manifesto do CME que se coloca contra a política e que conclui ser impossível admitir uma política que induza à segregação, com flagrante retrocesso. Porém, deseja fazer um destaque sobre o Decreto Federal e o conceito de inclusão utilizado. Ao longo do texto encontra-se a denominação Inclusão Social, Acadêmica, Intelectual, Profissional, Política e Cultural, e em nenhum momento Inclusão Escolar. A política defende e organiza o discurso no documento dizendo que a Inclusão pode ocorrer fora do espaço escolar. Na discussão do conceito de Inclusão, há uma tentativa de alterar conceitos e fundamentos que estavam em processo de fortalecimento como, por exemplo, a ideia de escola regular inclusiva, pressupondo que haveria dois tipos de escola, além da classe especializada, contrapondo uma classe regular que poderia estar devidamente equipada para o atendimento. Por fim, lembra que a história da Educação Especial e da sociedade brasileira propõe um paradigma distinto do proposto pelo Decreto Federal, com evidências científicas de que o modelo superado há trinta anos, e possivelmente resgatado com o documento, segrega estudantes e retrocede enquanto paradigma de política pública. Por fim, para a Profª Rosangela Prieto é inadmissível a defesa de que a Educação pode acontecer fora da instituição escolar sendo, portanto, a Inclusão Escolar assegurada a partir da classe comum. Reforça a função social da Escola e a formação crítica das novas gerações, e que privar o acesso à Escola é privar o estudante de humanizar-se. Com o término da apresentação, a Conselheira Cristina Cordeiro abre o Seminário para os questionamentos e colocações dos Conselheiros. A Conselheira Fátima Antonio agradece a presença da Profa Rosangela Prieto, reforçando que 123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

este era um desejo da Comissão de Educação Especial por seu trabalho de pesquisa e acompanhamento da Rede Municipal, e que certamente colaborará na elaboração de normativas para o Sistema. Atenta que a Rede Municipal está muito bem estruturada para o atendimento, e solicita que a Profa Rosangela Prieto fale sobre qual será o impacto desta política do Governo Federal para Redes estruturadas e não estruturadas. Em que medida o Decreto impactará pequenos e médios municípios que precisam de recursos para a Educação, considerando que a adesão à política possibilita repasses financeiros. O Conselheiro João Fiorini também agradece o exposto pela Profa Rosangela Prieto, comenta que é Diretor voluntário de uma entidade sem fins lucrativos, no Distrito do Tatuapé, que atende pessoas com deficiência intelectual, autistas e com Síndrome de Down. A instituição é onerosa, sobrevivendo hoje de doações e trabalho voluntário, mas que oferta possibilidades que as Escolas públicas não ofertam, tais como atendimento psicológico, fisioterápico e equoterapia. Com a dificuldade de manutenção a entidade estava em processo de desativação, mas com a publicação do Decreto Federal surgiram algumas dúvidas quanto a sua manutenção. A Conselheira Luci Batista, que integra a Comissão de Educação Especial, coloca a importância da apresentação da Profa Rosangela Prieto, dizendo que, como Diretoria Regional de Educação da Penha, percebe dificuldade na relação entre a Saúde e a Educação, com fragilidade na manutenção dos AVEs, perguntando: quais são os limites das responsabilidades, quais são as demandas para a Saúde e quais são as da Educação, e de que maneira a Educação poderia minimizar a dificuldade apresentada, considerando a importância da atuação dos AVEs nas Unidades Escolares? A Conselheira Emília Cipriano agradece e reforça a importância da fala da Profa Rosangela Prieto na discussão das concepções de Educação Especial, principalmente a história do município de São Paulo. Problematiza, enquanto professora universitária, se não falta um posicionamento mais claro do ponto de vista de explicitação dessa concepção de Educação Especial, pois o que se vê é uma propaganda, principalmente em órgãos de grande comunicação, com a população encarando como grande referência, sinônimo de qualidade, enquanto sabemos que significa uma luta e um desafio que percorremos há muito tempo, um avanço na relação de humanização. Portanto, qual seria o nosso papel enquanto formadores de opinião, como construtores de trabalhos nessa área, e como se posicionar de forma acessível para toda a população? A Conselheira Cristina Cordeiro, complementando a provocação da Conselheira Luci Batista sobre a questão da relação da Saúde com a Educação, ressalta que é importante para políticas intersetoriais a definição clara de papeis para o atendimento, e percebeu quando esteve na Assistência Social que os Núcleos de Convivência tendem à escolarização, havendo imenso conflito no atendimento às pessoas com deficiência. Iniciando o bloco de respostas, a Profº Rosangela Prieto fala sobre recuperar concepções, da problematização das desigualdades de poder, com a mídia chegando com linguagem acessível e muito rápida em todos os espaços com propaganda favorável ao Decreto Federal, enquanto as entidades e organizações emitem manifestos contrários ou judicializam a inconstitucionalidade da política. A conjuntura da Pandemia também dificulta a organização para a discussão, mesmo não sendo uma surpresa a publicação do Decreto considerando as propostas apresentadas desde o Governo Michel Temer. Quanto ao investimento econômico, e como esse processo se articula, a adesão à

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

Política pode impactar de forma devastadora, pois o Brasil possui Redes Municipais frágeis com histórias recentes e estruturas deficitárias. Sobre as instituições especializadas, a Profa Rosangela Prieto acredita que o encerramento das suas atividades é o caminho, pois muitas vezes as instituições se autointitulam como escolares, e se assim fizerem, devem ser avaliadas pela Supervisão Escolar. Além disso, não concorda com matrículas sendo desviadas para instituições especializadas e, se a instituição possui conhecimento aprofundado, sugere o fortalecimento da Rede Pública e o atendimento das pessoas com deficiência na Escola. Sobre os AVEs, considera importante o desenvolvimento de projetos intersecretariais, assim como já desenvolvido no município nos anos de 1989 e 1990, com Saúde, Educação e Assistência Social. A **Prof**<sup>a</sup> **Rosangela Prieto** considera que este seria um caminho para a definição de limites e intersecções em ações intersetoriais, assim como conhecer experiências de municípios que já as tenham definido. Além disso, reforça que seria importante a incorporação dos profissionais de apoio como servidores públicos de carreira. A Presidente Conselheira Rose Neubauer cumprimenta a Profa Rosangela Prieto pela excelente palestra, que este é um tema de grande preocupação para o CME, reforçando e preparando os espíritos para a discussão sobre a Inclusão. Comenta que, quando ingressou como docente na PUC de São Paulo, percebeu que é preciso ter clareza quando se discute legislação educacional de quais forças estão em disputa, o que ficou evidente na fala da Profa Rosangela Prieto, quando disse da presença de forças contrastantes que procuram orientar a ideia de Educação. A problemática do Governo Federal que considera um único método de alfabetização, a Escola sem Partido, assim como o Decreto de Educação Especial, são políticas de desvalorização dos diferentes, desrespeitando a diferença, separando-os. A pressão sobre os representantes políticos deve ser grande, e se não houver sucesso, judicializar é o caminho. A Profª Rosangela Prieto concorda, e diz que também é professora de políticas educacionais, e que a legislação tem que se colocar como uma série de dispositivos para compreender um momento histórico, assim como usá-las para a defesa de posições. Também reconhece que há um processo importante quando a Primeira Dama se comunica também em Libras, o que é uma marca forte quando há Surdos usuários de Libras em municípios que não têm o atendimento como do município de São Paulo. Há uma falsa esperança sobre o atendimento dessa Política, com grupos descontentes com alguns caminhos, muitas vezes pela falta de condições ou ausência de compromisso para criar outras alternativas. Não é possível dizer que uma pessoa será beneficiada em um atendimento se ela nunca esteve na Escola, sem um investimento na permanência na Escola desde a Educação Infantil. O Conselheiro Fernando Padula cumprimenta a Profa Rosangela Prieto e, sobre a política de Inclusão pergunta: o que falta e o que precisamos melhorar? A Profa Rosangela Prieto inicia com outra pergunta: o que a Educação em geral, precisa para melhorar? Certamente há muitos elementos, e qualquer política de Inclusão é dependente da melhoria da qualidade da Educação e, portanto, tudo o que é necessário para melhorar a qualidade de ensino para todos certamente contribuirá com relação à Inclusão: investir na formação geral de professores, formação de equipe gestora, programa de articulação intersetorial, investimento na universalização arquitetônica para a acessibilidade, recursos e tecnologias. A Conselheira Silvana Drago agradece pela discussão, e comenta que a EMEBS Helen Keller possuía uma equipe com médicos, fonoaudiólogos,

207 psicólogos e assistentes sociais trabalhando em conjunto com os professores. São áreas de 208 conhecimento distintas e tornavam o trabalho escolar muito difícil, com o estudante sendo 209 visto como paciente por alguns, e o olhar com foco para a doença ou para o déficit ficava mais 210 evidenciado do que o olhar para o desenvolvimento do sujeito no aspecto pedagógico. A 211 equipe fazia a triagem dos inscritos com interesse na vaga para a matrícula, aceitando apenas 212 aqueles com perfil, ou seja, deficientes auditivos que apresentassem perda auditiva moderada, 213 severa ou profunda e que não apresentassem nenhum outro comprometimento associado. 214 Sobre os AVEs, foi intencional não ser um profissional da saúde, e a negociação na Unidade 215 Escolar deve ser constante para prevalecer sempre o pedagógico. O olhar clínico sobre a 216 deficiência atrapalhou e muito a Educação. Mostra então a capa da proposta do Governo 217 Federal, com uma foto retratando a pessoa com deficiência como infantilizada, necessitando de cuidados, o que é um apelo para as famílias. A Conselheira Cristina Cordeiro finaliza 218 219 agradecendo e colocando que esse início de Seminário sobre Educação Especial foi brilhante e 220 fundamental, não apenas com um posicionamento, mas com questões técnicas que afetam 221 vidas. A proposta do CME busca contemplar o ser humano, o desenvolvimento de potenciais, 222 indo além do afeto, com a Escola como lócus. A Profª Rosangela Prieto agradece o espaço e 223 deseja sucesso na elaboração de documento para a política de Educação Especial no município 224 de São Paulo. Com o avançar do horário, e a necessidade de continuar o Seminário sobre 225 Educação Especial com a convidada Profª Drª Anna Augusta Sampaio de Oliveira da UNESP de 226 Marília, a Presidente Conselheira Rose Neubauer encaminha para a 17ª Sessão Conjunta de 227 Câmaras, encerrando a Sessão do Pleno e agradecendo a presença de todos. A Ata foi lavrada 228 por Mayra Regina Vidal e o comprovante de participação na teleconferência será utilizado 229 como lista de presença. São Paulo, 12 de novembro de 2020.

Sessão realizada por teleconferência por meio da plataforma Microsoft Teams, conforme Decreto Municipal nº 59.283, de 16/03/2020 (Art. 12, Item I)

SESSÃO DO CONSELHO PLENO REUNIÃO DO DIA 12/11/2020 Horário: 14h

PRESENÇA DOS CONSELHEIROS

#### **CONSELHEIROS TITULARES:**

- 1. Cristina Margareth de Souza Cordeiro
- 2. Emília Maria Bezerra Cipriano Castro Sanches (Presidente CEB)
- 3. Fátima Cristina Abrão
- 4. Fernando Padula Novaes
- 5. Karen Martins de Andrade (Presidente CNPAE)
- 6. Maria Cecília Carlini Macedo Vaz (Vice-Presidente CNPAE)
- 7. Marina Graziela Feldmann (Vice-Presidente CEB)
- 8. Silvana Lucena dos Santos Drago (NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE)
- 9. Teresa Roserley Neubauer da Silva (Presidente CME)

# **SUPLENTES:**

- 1. Fátima Aparecida Antonio
- 2. João Alberto Fiorini Filho
- 3. Luci Batista Costa Soares de Miranda
- 4. Lucimeire Cabral de Santana
- 5. Maria Adélia Gonçalves Ruotolo
- 6. Vera Lucia Wey













